

**Anderson Luiz Fernandes Gonçalves**

Doutorando em Educação  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Cláudia Rodrigues De Freitas**

Doutora em educação  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Mayara Costa Da Silva**

Doutora em Educação  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

### **Resumo**

A presente investigação pauta-se em uma abordagem qualitativa, objetivando, prioritariamente, tanto considerar a evolução das matrículas quanto proceder a uma análise textual, que apresenta a história da Rede Municipal, associadas ao atendimento educacional especializado (AEE) na rede municipal de ensino de Porto Alegre (RME/POA). Assenta-se, no tocante ao referencial teórico, que tal seção se associa ao pensamento sistêmico (Bateson, 1986; Capra, 2006; Vasconcellos, 2012), cujo enfoque se volta aos conceitos de contexto e de retroalimentação. A análise de dados organizou-se a partir do levantamento de matrículas dos estudantes público-alvo da educação especial que frequentam o atendimento educacional especializado a partir dos dados disponibilizados a partir do Censo Escolar da Educação Básica entre os anos de 2009 e 2020. A partir dessa análise, em articulação à história da constituição das ações relacionadas à inclusão escolar na RME/POA, torna-se possível afirmar que o número de matrículas no atendimento educacional especializado vem expressando um aumento importante e aponta o seguinte: existe uma história de investimento associada à rede analisada, a qual vem se qualificando e ampliando

os serviços associados ao AEE; como um sistema vivo, a RME se organiza em um processo de retroalimentação e o atendimento educacional especializado se operacionaliza a partir de uma rede de ações articuladas.

**Palavras-chave:** Atendimento educacional especializado. Inclusão. Matrículas.

### **Abstract:**

The present research is guided by a qualitative approach, aiming, primarily, for a view of the development of applications as much as for proceeding to a textual analysis, which presents the history of the Municipal Network, linked to the specialized educational assistance (SEA) at the municipal network of education of Porto Alegre (MNE/POA). Regarding the theoretical references, it is attached to systems thinking (Bateson, 1996; Capra, 2006; Vasconcellos, 2012), whose perspective is focused on the notions of context and feedback. The data analysis was organized from the surveying of applications of the students who are the target group of special education and attend the specialized educational assistance, starting with the data provided by the School Census of Basic Education between the years of 2009 and 2020. From that analysis, in conjunction with the history of the constitution of actions related to school inclusion at the MNE/POA, it is possible to state that the number of applications at the specialized educational assistance has been registering a significant increase and indicates the following: there is a history of investments associated to the examined network, which has become qualified and boosted the access to services associated to SEA; as a living system, the MNE organizes itself in a process of feedback and the specialized educational assistance functions based on a network of coordinated actions.

**Keywords:** Specialized educational assistance. Inclusion. Applications.

### **Introdução**

O Atendimento Educacional Especializado tem sido considerado

elemento central no que concerne à inclusão de estudantes público-alvo da educação especial no contexto brasileiro. Embora evocado anteriormente em documentos normativos, é a partir da Política Nacional de Educação Especial da perspectiva da educação inclusiva/PNEEPEI (Brasil, 2008) que esse serviço passa a ganhar os contornos associados a uma série de avanços articulados a um processo de democratização do ensino.

Dentre os avanços que podem ser evocados, podemos apontar aquele que se associa ao aumento das matrículas de estudantes público-alvo da educação especial nas escolas regulares, bem como o processo inverso (decréscimo das matrículas) nas instituições especializadas. Esse movimento passa a se intensificar, visivelmente, a partir do movimento político supracitado e de todos os documentos normativos que o seguiram (Brasil, 2009; Brasil, 2015).

Quando a temática se direciona ao atendimento educacional especializado no contexto brasileiro, torna-se impossível não falar sobre a sala de recursos multifuncionais, tendo em vista esse espaço assumir centralidade no que tocante à ação pedagógica vinculada ao atendimento. De acordo com Baptista (2011), “[...] as políticas brasileiras para a Educação Especial mostram que temos uma evidência: a sala de recursos tem sido destacada como o espaço prioritário para a ação do educador especializado em Educação Especial.” (2011, p.70)

Se no contexto nacional podemos afirmar que a sala de recursos assume a centralidade, naquele que envolve a Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS, o foco recai sobre a Sala de Integração e Recursos (SIR). A SIR existe na RME/POA desde 1995, surgida no âmbito da proposta pedagógica da Escola Cidadã. Desde então, tem se ocupado em oferecer atendimento educacional especializado (AEE) aos estudantes referidos como público-alvo da educação especial nas escolas de ensino comum. Organizada para atender a demanda desses estudantes, a SIR realiza o atendimento complementar e suplementar à sala de aula em turno inverso ao da escolarização do aluno.

Além do atendimento específico aos alunos, o trabalho desenvolvido na SIR consiste, igualmente, em uma assessoria descentralizada, cujos objetivos mais amplos referem-se à investigação e à construção de estratégias educativas em parceria com o professor de sala de aula e aos serviços de orientação e de

supervisão da escola, favorecendo o fortalecimento da interlocução entre ensino comum e especial. (Baptista, Tezzari, 2009, p.7)

Assim, na busca por analisarmos os avanços relacionados a uma política de educação especial pautada na inclusão escolar, consideramos fundamental o movimento de olharmos para as especificidades relacionadas ao conjunto de dados que envolve a matrícula dos estudantes público-alvo da educação especial na escola regular. Os dados educacionais produzidos pelos órgãos de pesquisa e estatística educacionais oferecem uma leitura possível sobre determinado contexto. Indicam os movimentos registrados pelas escolas, quantificando-os e fornecendo elementos à aplicação dos recursos e da análise das políticas públicas desenvolvidas na educação. No Brasil, o Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), é o órgão público responsável pela produção, análise e divulgação desses dados, os quais são organizados e disponibilizados, anualmente, a partir do censo escolar desencadeado em parceria com as Secretarias de Educação dos estados e dos municípios de todo o país.

O censo escolar tem caráter declaratório e é preenchido diretamente pelas escolas de todas as etapas e as modalidades da educação básica e profissional do Brasil. O instrumento de coleta de dados engloba informações de organização da escola, dos estudantes, dos docentes e dos gestores de cada instituição escolar, dando-se, tal recolha, em duas etapas: a primeira chamada “Matrícula Inicial”, no início do ano letivo, reúne informações sobre a escola, docentes que atuam em sala de aula, gestores, turmas e estudantes; na segunda, denominada como “Situação do Aluno”, coletam-se informações sobre os movimentos e os rendimentos escolares dos estudantes ao final do ano letivo. (Brasil, 2021). A análise dos dados produzidos pelo Censo Escolar possibilita acompanhar a evolução em termos estatísticos das matrículas e da oferta de escolarização relacionada às escolas brasileiras.

Um dos dados educacionais produzidos para o Censo refere-se à oferta de matrículas no Atendimento Educacional Especializado (AEE) organizado institucionalmente nas escolas brasileiras. O AEE tem sido descrito, desde a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Inclusão Escolar (PNEEPEI, Brasil, 2008), como um dispositivo pedagógico de caráter complementar e/ou suplementar ao ensino comum a partir do qual se articula o enfrentamento às

barreiras experienciadas pelos estudantes referenciados como público-alvo da educação especial no seu processo de aprendizagens (Brasil, 2008; 2009; Baptista, 2011). Estudos apresentados por Baptista e Viegas (2015), Fantacini e Dias (2015), Nascimento, Borges e Breciane (2017), apontam que, desde a sua implementação, o AEE têm assumido contornos e delineamentos próprios nas suas formas de se organizar em conformidade às demandas e às características de cada contexto em que se constitui.

A ação do professor do AEE na escola pode estabelecer múltiplas relações de atuação, que se associam ao acompanhamento dos estudantes em diferentes espaços da escola, que podem envolver diálogo com professores, acompanhamento junto às famílias e a produção de redes de apoio dentro e fora da escola (BAPTISTA, 2011; 2019). Evocamos o AEE a partir das lentes que envolvem o paradigma da complexidade, considerando os pressupostos de Vasconcellos (2012). Buscamos apoio nas lentes citadas para evocar a relação entre múltiplos elementos que forjam um sistema e que se constituem em um processo de retroalimentação. Dessa forma, partimos do pressuposto de rede que se associa à constituição do AEE, uma rede que envolve o estudante público-alvo da educação especial, sua família, seus pares, a escola, os atendimentos ofertados por outros profissionais, a rede de ensino e as políticas públicas.

Acreditamos que a análise da evolução das matrículas no AEE das escolas da RME/POA pode contribuir para uma leitura, cuja intenção é o entendimento do modo de oferta desse serviço. Para tanto, propomos como objetivo analisar a evolução das matrículas associadas ao atendimento educacional especializado na rede municipal de ensino de Porto Alegre. Nosso foco envolverá o atendimento ofertado nas escolas de ensino fundamental, considerando os anos de 2009 a 2020.

Como forma de organizar esta escrita, partimos das informações iniciais sobre o município de Porto Alegre/RS e de sua organização em relação à oferta de escolarização na etapa de ensino fundamental. Feito isso, em seguida, visamos a apresentar os dados de matrícula de estudantes indicados como público-alvo da educação especial no AEE das escolas de ensino fundamental da RME/POA no tocante aos produzidos entre os anos de 2009 e 2020. Por fim, apresentamos as considerações sobre a análise dos dados educacionais sobre

as matrículas no AEE e o que apontam para auxiliar na tessitura acerca da oferta do AEE no contexto analisado.

### **A cidade de Porto Alegre e a organização do ensino fundamental**

Porto Alegre é a capital do Rio Grande do Sul, o estado mais ao sul do país. Fundada em 1772, conta com uma população estimada, no ano de 2022, em 1.332.845 pessoas, é a cidade mais populosa do estado e a 11º do país. Em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é considerada a 28º no país, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o que lhe confere lugar de destaque entre as capitais dos estados da Região Sul.

Com a economia baseada na prestação de serviços no comércio e no sistema financeiro, a cidade apresentou, em 2019, o maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, 2019). Todavia, quando olhamos para o PIB *per capita*, a cidade cai para 96º lugar do estado, haja vista um valor de R\$ 51.116,72 *per capita* devido ao alto índice populacional e a grande densidade demográfica, isto é, em torno de 2.690,50 habitantes/km<sup>2</sup>, segundo o Censo Demográfico de 2022.

Em relação à escolarização, a cidade de Porto Alegre/RS atende 96,6% da demanda de vagas para o ensino fundamental (IBGE, 2010). O município conta com uma estrutura que totaliza 369 escolas, as quais oferecem a escolarização no ensino fundamental. No ano de 2021 o número total de matrículas nessa etapa de ensino em Porto Alegre/RS foi de 146.489 estudantes. Em números de docentes que atuam no ensino fundamental, Porto Alegre/RS soma, no mesmo ano, 7.353 professoras e professores (INEP, 2022). No âmbito da ação educativa voltada a estudantes referidos como público-alvo da educação especial, os dados oficiais apontam que, do total de matrículas vinculadas ao ensino fundamental na cidade de Porto Alegre/RS, 10.314 são ocupadas por esses estudantes (INEP, 2023).

### **A Rede Municipal de Porto Alegre e a oferta de atendimento aos estudantes público-alvo da educação especial**

A RME/POA conta com 58 escolas que oferecem escolarização no ensino fundamental, o que representa a cobertura de 15% da oferta dessa modalidade na cidade de Porto Alegre/RS. Entre as escolas de ensino fundamental, há a presença de quatro escolas especiais e uma bilíngue de surdos.

Cabe salientar que, embora a política de municipalização dos serviços públicos, promulgada pela Constituição Federal de 1988, e o ordenamento jurídico educacional apontem para a obrigação do poder público municipal prioritariamente investir na etapa de educação infantil, até cobrir a totalidade da demanda, ocorreu o aumento da oferta de escolas de ensino fundamental na RME/POA durante o Governo Popular, entre os anos de 1989 até o ano de 2004. Esse aumento se deu em decorrência das demandas levantadas a partir da participação popular por intermédio do Orçamento Participativo (OP)<sup>1</sup> no período em comento.

Durante a vigência da participação popular através do OP, uma das principais demandas levantadas foi a construção de escolas públicas nos bairros mais periféricos da cidade, locais onde havia grande defasagem desse equipamento público. Em decorrência disso, houve um aumento significativo do número de escolas estatais mantidas pela esfera pública municipal nesses territórios, expansão verificada até o final da gestão do Partido dos Trabalhadores, em 2004.

No que se refere à escolarização de estudantes público-alvo da educação especial, a RME/POA implementou, no ano de 1995, uma experiência pedagógica voltada à ação educativa e aos processos inclusivos de estudantes referendados como público-alvo da educação especial, desenvolvendo-se como apoio à escolarização em espaços não segregados. Essa experiência foi considerada inovadora à época. Tezzari (2015) aponta que foi uma ação pedagógica colocada em prática em um contexto histórico em que estavam muito presentes nas discussões do campo da educação especial as concepções que sustentavam as classes e as escolas especiais como espaços prioritários de atendimento desses estudantes.

A implementação da Sala de Integração e Recursos, em 1995, todavia,

---

<sup>1</sup> O Orçamento Participativo foi um mecanismo desencadeado, no período de 1989 a 2004, para a aplicação dos recursos públicos, conforme a necessidade levantada em discussões e assembleias da própria comunidade, nos territórios da cidade.

não se deu como um movimento educativo isolado, mas no bojo de uma política pública educacional que estava sendo constituída desde o ano de 1989, com a chegada da Administração Popular à prefeitura municipal sob o comando do Prefeito Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT). A partir de então, iniciou-se, na cidade de Porto Alegre/RS, um processo de recontextualização da relação estabelecida entre a poder público e a população da cidade, um processo de construção democrática dos encaminhamentos das demandas propostas pela comunidade e de enfrentamento às necessidades sociais e econômicas através da organização popular em conjunto com o poder público.

No campo da educação, esse processo se traduziu pela construção de estratégias na busca de garantir a aprendizagem para todos os estudantes a partir do slogan: “*Todos Podem Aprender*”! A educação na esfera administrativa municipal de Porto Alegre/RS, passou a produzir estratégias formativas e organizativas de assessoria pedagógica às professoras de modo a sustentar os processos de aprendizagem dos estudantes (Hickel, 1992). No âmbito da educação de pessoas com deficiência, o conjunto de ações envolveu estratégias de assessoria pedagógica ao conjunto das escolas, e as formações sistemáticas desencadearam questionamentos quanto à existência das classes especiais nas escolas da RME/POA.

Com a segunda gestão do Governo Popular, ocorreu o I *Congresso Municipal de Educação*, em 1995, quando se instituiu uma reorganização curricular através da implementação do *Ciclos de Formação* no bojo do projeto maior denominado *Escola Cidadã*. Essa proposta trouxe uma reestruturação curricular que aboliu a organização seriada na etapa de ensino fundamental e constituiu, na escola, estruturas institucionais que serviram de apoio aos processos educacionais: o laboratório de aprendizagem, as turmas de progressão, a professora itinerante e a Sala de Integração e Recursos (SIR) são alguns exemplos das proposições colocadas em curso nesse período, que Tezzari (2016) assim especifica: “[...]configuram-se como dispositivos de apoio à ação educativa, com vistas a garantir a progressão do aluno e as condições necessárias para uma investigação minuciosa de seu processo de construção do conhecimento” (2016, p. 2).

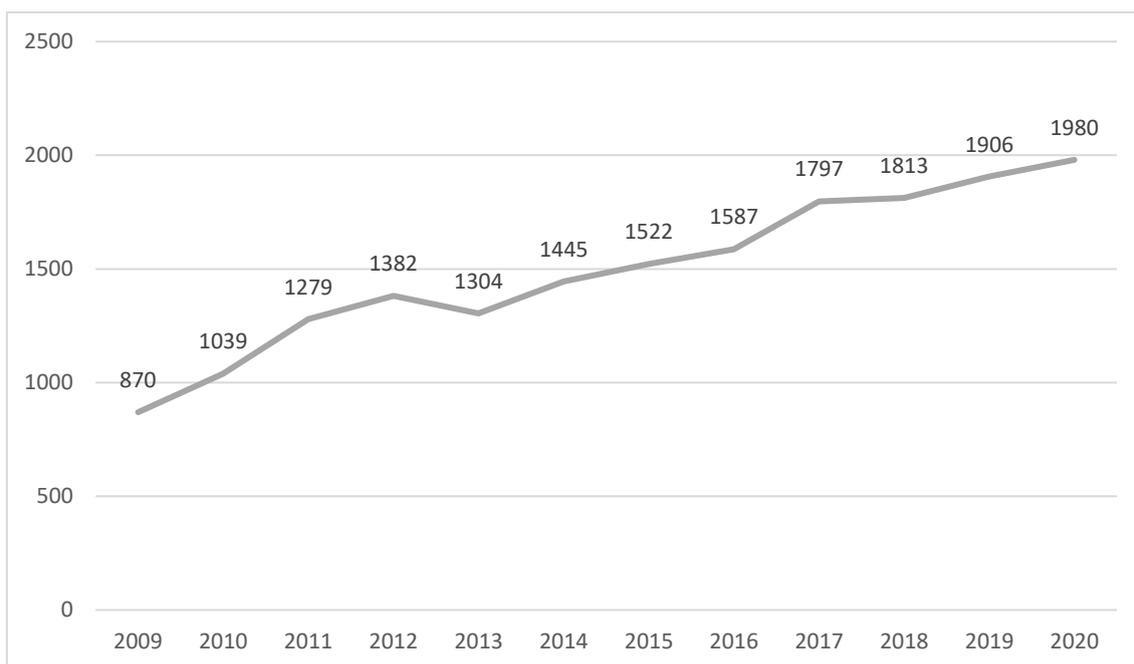
As inquietações introduzidas pelas ações propostas pela SIR fomentaram discussões nos diferentes espaços educativos da cidade, extrapolando as

fronteiras da educação municipal e fomentando pesquisas, reflexões, além de outras experiências em diferentes contextos escolares. Os desdobramentos da experiência da SIR tiveram e ainda têm reflexos importantes sobre os processos inclusivos desencadeados nas demais escolas das diferentes esferas administrativas da cidade. Destacamos a investigação de Tezzari (2002), que trouxe o cotidiano e a organização os quais garantem esse dispositivo no cotidiano das escolas da RME/POA.

Com a promulgação da PNEPEI (Brasil, 2008), a SIR passou a ser reconhecida como o dispositivo que oferece o AEE nas escolas de ensino fundamental da RME/POA. Atualmente, a SIR/AEE se organiza por modalidades de atendimento: SIR Comum, que atende estudantes com deficiências intelectuais e autismos e está presente em todas as escolas de ensino fundamental da RME/POA; SIR Visual, que atende a estudantes cegos ou com baixa visão; SIR Surdez, para estudantes surdos ou com deficiência auditiva; SIR Altas Habilidades, para estudantes com altas habilidades/superdotação; SIR PTE, que oferece o Programa de Trabalho Educativo para estudantes público-alvo da educação especial com mais de 14 anos e a SIR EJA, que oferece o AEE a estudantes da modalidade de EJA. Com exceção da SIR Comum, presente em todas as escolas, as demais estão organizadas por escolas-polo, que atendem estudantes de diferentes escolas da RME/POA.

A seguir, passamos a analisar os dados referentes às matrículas dos estudantes considerados público-alvo da educação especial, matriculados nas escolas da RME/POA, a partir do ano de 2009, data que marca o momento em que essas matrículas passaram a ser contabilizadas junto ao censo escolar e estão apresentados no Gráfico 1 abaixo:

**Gráfico 1** . Movimentação das matrículas de estudantes referenciados como público-alvo da educação especial nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS, entre os anos de 2009 e 2020



Fonte: Os autores a partir de dados prospectados nos Microdados da Educação, do INEP/MEC.

Percebemos, ao analisar o Gráfico 1, um crescimento contínuo das matrículas de estudantes referidos como público-alvo da educação especial no Atendimento Educacional Especializado oferecido nas escolas da esfera administrativa municipal em Porto Alegre/RS, com uma pequena oscilação entre os anos de 2012 e de 2013. Torna-se possível afirmar o efeito que uma política pública organizada institucionalmente de longo prazo pode fomentar processos mais amplos e contínuos.

Compreendemos que o crescimento no número das matrículas no atendimento educacional especializado da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre precisa ser visto a partir das lentes da complexidade. O que queremos dizer é que a nossa análise não pode se pautar nas matrículas de maneira isolada, mas dessas dentro de um contexto e a partir das conexões existentes. De acordo com Gregory Bateson (1986, p.24), o contexto é o que nos permitirá ler o significado. Assim, pode-se afirmar, a partir do crescimento do número de matrículas (gráfico 1) que, em sintonia com a história da constituição da SIR na RME de Porto Alegre, há um histórico de investimento que se associa à aposta em uma política de inclusão e que isso se intensifica a partir de 2008, tendo em vista uma aposta que envolve o macrocontexto, nesse caso o nacional, o que

vem a fortalecer tal serviço.

Nesse ínterim, cabe destacar que nossa análise considera o contexto analisado como um sistema vivo. Isso quer dizer que toda a perturbação ocorrida em uma das partes do sistema será sentida por todo ele e fará com que se mostre uma reorganização dele, ou seja, o sistema se constitui por retroalimentação (Capra, 2006). Assim, se, em 10 anos, o número de estudantes que frequentam o atendimento educacional especializado na RME de Porto Alegre mais que dobrou, é porque existe investimento, uma política e uma história que sustentam a existência e a qualificação desse serviço, bem como a ampliação de sua oferta na rede.

Gregory Bateson afirma, ainda, que não deveríamos olhar para o que as coisas são “por si mesmas”, mas pelas suas relações. O autor declara, igualmente, que

Quase todos podemos nos lembramos de termos aprendido que um substantivo é “o nome de uma pessoa, lugar ou coisa”. E podemos lembrar o completo aborrecimento de analisar orações. Hoje tudo isso deveria ser mudado. As crianças poderiam aprender que um substantivo é uma palavra que tem uma determinada relação com um predicado. Um verbo tem uma certa relação com um nome, seu sujeito, e assim por diante. A relação poderia ser usada como base para a definição, e qualquer criança poderia então ver que existe alguma coisa errada com a frase “ir é um verbo”. (BATESON, 1986, p. 25)

Dessa forma, corroborando as ideias de Bateson (1986), defendemos a impossibilidade de olhar para as matrículas de forma isolada. Cada número contabilizado no gráfico (gráfico 1) é um sujeito em processo de escolarização, com uma história. Assim, o que significa dizer que esse estudante frequenta o atendimento educacional especializado na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre? Significa afirmar que existe uma aposta na educabilidade desse sujeito, que se verifica uma rede a fim de sustentar seu processo de aprendizagem na sala de aula regular, que há uma professora a qual constrói um plano de atendimento e busca articular diferentes ações instituídas para além de um espaço de atendimento como da SIR, envolvendo, todavia, uma rede entre a escola, a família e os demais profissionais que atendem ao estudante.

## Considerações Finais

À guisa da conclusão, podemos afirmar que identificamos uma movimentação importante a partir da PNEEPEI, de 2008, com efeitos de curto e de longo prazo, nas matrículas dos estudantes referenciados como público-alvo da educação especial no AEE. Assim, podemos considerar que o AEE vem sendo ofertado na RME/POA a partir das ações articuladas por essa política, e que os direcionamentos por ela dados foram fundamentais no sentido de colocar em curso – e de retroalimentar – os movimentos associados aos processos inclusivos dessa rede de ensino.

Tais movimentos, representados pelo número de matrículas desses estudantes no AEE, apontam não apenas para um crescimento geral, mas também para as oscilações de forma particular em períodos específicos. Entretanto, é necessário considerar e reconhecer as contradições como parte do contexto (Vasconcellos, 2012). Dessa forma, depreendemos que as oscilações nos números de matrículas dos estudantes público-alvo da educação especial podem estar associadas aos movimentos políticos que se seguiram à tentativa de implementar o Decreto 10.502/2020 com propostas de reformas educacionais as quais investiam em políticas que representavam retrocessos e buscavam enquadrar o AEE, através de uma única possibilidade de constituição, como algo pronto a ser “encaixado” em qualquer espaço, desconsiderando as singularidades e as individualidades inerentes a cada contexto.

A análise empreendida sobre os movimentos do número de matrículas identificadas a partir dos dados oficiais, assim como uma análise textual que apresenta a história da Rede Municipal, possibilitou um certo olhar sobre o AEE oferecido nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, indicando existir uma história de investimento associada à rede analisada, ou seja, o RME de Porto Alegre, como um sistema vivo, organiza-se em um processo de retroalimentação, e o atendimento educacional especializado se operacionaliza a partir de uma rede de ações articuladas.

Ao realizar a análise, emergiram alguns questionamentos sobre como tais temas têm se configurado no cotidiano de cada escola: como se dá o acesso dos estudantes ao AEE? Quais são os critérios de ingresso destes estudantes? Há definição do número de vagas ofertadas no AEE? Quem as define? Como se dá a dinâmica de organização e de funcionamento o AEE? Em que medida o AEE se articula à proposta pedagógica das escolas? Esses são alguns dos

questionamentos que se apresentam como indicadores para novos estudos sobre o contexto das escolas da RME/POA.

## Referências

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.17, p.59-76, Maio-Ago., 2011. Edição Especial Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/B4mkmTPHqg8HQYsLYxb6tXb/?lang=pt#> Acesso em: 02 dez. 2023.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 45, p. e217423, 2019. DOI: 10.1590/s1678-4634201945217423. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/163912>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BAPTISTA, Claudio Roberto; TEZZAR, Mauren Lúcia. Construir Redes: Serviços de apoio em Educação Especial no Município de Porto Alegre. **Reflexão e ação**. Santa Cruz do Sul, RS. Vol. 17, n. 1 (jul./dez. 2009), 14 f. DOI: 10.17058/rea.v17i1.778. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/778>. Acesso em: 16 fev. 2022

BAPTISTA, Claudio Roberto; VIEGAS, Luciane Torezan. Reconfiguração da Educação Especial: Análise da Constituição de um Centro de Atendimento Educacional Especializado. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 3, p. 429-442, Jul.-Set., 2016. DOI: 10.1590/S1413-65382216000300009 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/qHGvFNccTynQ9c3SY6RrwVD/?lang=pt> Acesso em: 7 fev. 2022.

BATESON, Gregory. **Mente e natureza**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Presidência da República/Casa Civil. Brasília. 2020. Disponível

em: \_\_\_\_\_ [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm) Acesso em: 7 fev. 2021. Revogado por meio do Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP. Brasília: 2008. Acesso em: 13 mar. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 04, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. CNE/CEB. 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em: 13 mar. 2021.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo, Editora Cultrix, 2006.

FANTACINI, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tércia Regina da Silveira. Professores do Atendimento Educacional Especializado e a Organização do Ensino para o Aluno com Deficiência Intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 21, n. 1, p. 57-74, Jan.-Mar., 2015. DOI: 10.1590/S1413-65382115000100005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/XSp5WxWt4q5rFG9Jpc9VV4g/?lang=pt>. Acesso em: 7 fev. 2022.

HICKEL, Neusa. A inteligência é um processo e não um dom: fica-se inteligente porque se aprende. In.: GROSII, Esther Pillar; BORDIN, Jussara. **Paixão de Aprender**. Vozes. Petrópolis. 1992. p. 53-58.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Porto Alegre**. Acesso em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>. Acesso em: 25 nov. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2021**. Brasília. Inep. 2021. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopse-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 25. nov. 2023.

NASCIMENTO, Alice Pilon do. **Dialogando com as salas de aula comuns e o atendimento educacional especializado**: possibilidades, movimentos e tensões. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória 2013.

NASCIMENTO, Alice Pilon do; BORGES, Carline Santos; BRECIANE, Karolini Galimberti Pattuzzo. Estudo Comparado entre as Políticas do Atendimento Educacional Especializado de Serra/Es e Cariacica/ES. **Anais [...]** /n: IV Colóquio Educação Especial e Pesquisa: História, política e práticas pedagógicas. 4. Guarapari. set. 2017.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves. **Pensamento Sistêmico**: O Novo Paradigma da Ciência, Campinas, SP: Papyrus, 2012.